



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

CURSO DE HISTÓRIA



MARIA LAURA GHISLANDI FREITAS

**PRINCIPIA: QUANDO A MÚSICA NEGRA FAZ HISTÓRIA NO RESIDÊNCIA
PEDAGÓGICA**

CRICIÚMA

2024



MARIA LAURA GHISLANDI FREITAS

**PRINCIPIA: QUANDO A MÚSICA NEGRA FAZ HISTÓRIA NO RESIDÊNCIA
PEDAGÓGICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na forma de artigo como requisito parcial para a conclusão do Curso de Graduação em História, na Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora Prof^ª. Dra. Lucy Cristina Ostetto

CRICIÚMA

2024



MARIA LAURA GHISLANDI FREITAS

**PRINCIPIA: QUANDO A MÚSICA NEGRA FAZ HISTÓRIA NO RESIDÊNCIA
PEDAGÓGICA**

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de artigo aprovado pela Banca Examinadora como requisito para obtenção do Grau de Licenciado/a no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 27 de novembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Lucy Cristina Ostetto - Doutora - UNESC - Orientadora

Prof^ª. Tatiane Beretta - Mestra - UNESC

Prof^ª. Tatiane Virtuoso - Mestra - UNESC

**PRINCIPIA: QUANDO A MÚSICA NEGRA FAZ HISTÓRIA NO RESIDÊNCIA
PEDAGÓGICA**

***PRINCIPIA: WHEN BLACK MUSIC MAKES HISTORY IN THE PEDAGOGICAL
RESIDENCY***

Maria Laura Ghislandi Freitas¹

Lucy Cristina Ostetto²

Resumo: O trabalho propõe refletir sobre a importância de práticas antirracistas no ensino de história, a partir de uma experiência vivenciada no programa de residência pedagógica na Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, que, por ser interdisciplinar, envolveu os componentes curriculares de História e Arte. Tendo como foco a luta antirracista no ensino da história, será problematizado como o rap é uma ferramenta de resistência negra. Assim, esta experiência se inicia com a música “Principia”, do rapper Emicida, destacada por suas múltiplas camadas que discutem ancestralidade e a reexistência negra, frente a uma sociedade racista, como a brasileira. Dessa forma, abriremos um diálogo a partir da seguinte questão problema: como a música Principia, do rapper Emicida, contribui para a abordagem da resistência negra frente ao racismo estrutural no Brasil, no ensino da história? Assim, temos como objetivo geral: analisar uma experiência com o ensino de história no Residência Pedagógica a partir da música Principia, do rapper Emicida. E como objetivos específicos: contextualizar a minha trajetória no Residência Pedagógica; refletir sobre a importância da educação das relações ético raciais, da abordagem da Lei 11.645/08 e o compromisso com uma pedagogia antirracista; relatar a experiência dessa abordagem. Essa pesquisa se deu por meio de uma observação participante em uma sala de aula e levantamento bibliográfico. Entre os autores utilizados, podemos destacar: Silvio de Almeida (2019), Grada Kilomba (2020), Petronilha Beatriz Silva (2007), Nilma Lino Gomes (2019), Susan de Oliveira (2016) e bell hooks³ (1994). Dessa forma, podemos destacar a importância de Lei 11.645/08 como marco fundamental na luta contra o apagamento das culturas afro-brasileira e indígena, no Brasil, propondo uma reconfiguração do currículo escolar em direção a uma educação mais inclusiva e antirracista. Com isso, a educação antirracista e a arte, especialmente o rap, conectam-se na construção de uma consciência crítica e na promoção da valorização da identidade negra.

Palavras-chave: racismo estrutural; pedagógica; prática antirracista no Ensino de História; Rap; Lei 11.645/08.

Abstract: The work proposes to reflect on the importance of anti-racist practices in the teaching of history, based on an experience lived in the pedagogical residency program at UNESC, which, because it is interdisciplinary, involved the curricular components of History and art. Focusing on the anti-racist struggle in the teaching of history, we will problematize how rap is a tool of black resistance. Thus, this experience begins with the song "Principia" by rapper Emicida, highlighted by its multiple layers that discuss ancestry and black re-existence in the

¹ Graduanda do curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: marialauragfreitas@hotmail.com.

² Orientadora-Professor/a do curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense

³ O nome da autora é grafado com todas as letras minúsculas, por isso, aparecerá desta forma, neste trabalho.

face of a racist society like the Brazilian one. In this way, we open a dialogue based on the following question: how does the music of the rapper Emicida contribute to the approach of black resistance in the face of structural racism in Brazil in the teaching of history? Thus, we have as a general objective: to analyze an experience with the teaching of history in the Pedagogical Residency from the music principia of the rapper Emicida. And as specific objectives: to contextualize my trajectory in the pedagogical residency; reflect on the importance of education in ethical-racial relations, the approach of Law 11.645/08 and the commitment to an anti-racist pedagogy; report the experience of this approach. This research was carried out through participant observation in a classroom and bibliographic survey. Among the authors used, we can highlight: Silvio de Almeida (2019), Grada Kilomba (2020), Petronilha Beatriz Silva (2007), Nilma Lino Gomes (2019), Susan de Oliveira (2016) and bell hooks (1994). In this way, we can highlight the importance of law 11.645/08 as fundamental milestones in the fight against the erasure of Afro-Brazilian and indigenous cultures in Brazil, proposing a reconfiguration of the school curriculum towards a more inclusive and anti-racist education. With this, anti-racist education and art, especially rap, are connected in the construction of critical awareness and in the promotion of the appreciation of black identity.

Keywords: structural racism; pedagogical residency; anti-racist practice in the Teaching of History; rap music; law 11.645/08.

1 INTRODUÇÃO

Acredito que as competências de uma historiadora seja observar, analisar e interpretar diferentes processos, fundamentando-se em movimentos de rupturas e permanências. Durante toda a graduação, sempre me interessei pelas questões raciais, e sempre questionando e buscando uma educação antirracista. E, quando participei do programa Residência Pedagógica, foi muito discutido as questões raciais, e também questões como interseccionalidade e educação antirracista, e isso despertou ainda mais meu interesse sobre o assunto.

O programa Residência Pedagógica é um programa de nível superior da CAPES, que tem por finalidade fomentar projetos institucionais implementados por Instituições de Ensino Superior, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica, nos cursos de licenciatura. Esse programa aconteceu de forma interdisciplinar, entre os cursos de Artes e História, portanto, durante todo o período que participei do programa estive em contato com graduandos e também professores de artes visuais.

Durante o período que participei do programa Residência Pedagógica, passamos por três estágios, o primeiro foi a observação das aulas, o segundo foi a observação participante, ou seja, nesse estágio o professor preceptor nos permitia trazer contribuições para suas aulas, já no terceiro estágio nós tínhamos que desenvolver um projeto que futuramente seria nossa

atuação em sala de aula. Esse projeto foi baseado na Lei 11.645/08. Lei, essa, que torna obrigatório incluir no currículo, história e cultura afro-brasileira e indígena.

Fomos divididos em grupos, e cada um escolheu a melhor forma de trabalhar a lei. Meu grupo decidiu trabalhar as formas de resistência negra, e como essas pessoas formaram a cultura nacional brasileira. Sendo assim, cada aluno teve de planejar sua aula e trazer elementos da resistência negra no Brasil.

Durante minha graduação tive disciplinas que também despertaram meu interesse pela temática, como as disciplinas de história da África, cultura e relações de gênero, e direitos humanos e relações étnico raciais. E em uma das aulas de África a professora Lucy Cristina Ostetto utilizou o rap como uma ferramenta de ensino.

Dessa forma, percebi que a maneira de tensionar esse tema na escola, envolvendo os alunos, seria por meio do rap, que se interliga às concepções dos *griots* africanos, compreendendo o rap como uma ferramenta dos *griots* contemporâneos. Dentre as possibilidades, selecionamos Principia, que é a primeira faixa do álbum Amarelo, do rapper Emicida, lançada em 2019, em meio ao caos político que se encontrava o país. Além disso, essa música expressa dilemas sociais e políticos da contemporaneidade atravessados por questões raciais.

Minha questão problema consiste em: Como a música Principia do rapper Emicida contribui para a abordagem da resistência negra frente ao racismo estrutural no Brasil no ensino da história? Como objetivo geral, irei analisar com o ensino de história no Residência Pedagógica, a partir da música Principia, do rapper Emicida. E como objetivos específicos, contextualizar minha trajetória no Residência Pedagógica, refletindo sobre a importância da educação das relações étnico raciais, da abordagem da Lei 11645/08 e o compromisso com uma pedagogia antirracista, e, por fim, relatar a experiência dessa abordagem. Como metodologia, utilizamos pesquisas bibliográficas para contextualizar a formas de resistência negra e a Lei 11.645/08 e a importância de uma educação antirracista, como também, a observação participante e a experiência desenvolvida no programa Residência Pedagógica, que aconteceu na Escola Municipal De Educação Básica Professora Lili Coelho, com alunos da turma de sétimo ano.

O referencial teórico será constituído no diálogo com autores e autoras negras como: Silvio de Almeida (2019), Grada Kilomba (2020), Petronilha Beatriz Silva (2007), Nilma Lino Gomes (2019), Susan de Oliveira (2016), Cida Bento (2022) e bell hooks (1994). Isso, porque a questão racial no nosso país é um dos elementos que sustenta a organização econômica e política da sociedade brasileira, naturalizando as desigualdades raciais que se perpetuam como

violências que também encontram ecos na realidade escolar. A intenção de debater o tema dessa pesquisa que é: “Principia: quando a música negra faz história no Residência Pedagógica” se justifica pela necessidade de romper as estruturas engessadas e colonizadas que permitem a permanência do racismo estrutural como modelador de sujeitos também nas escolas.

O presente trabalho abordará, em seu primeiro tópico, a Lei 11.645/08 e seu impacto no ensino da história e cultura afro-brasileira, fornecendo uma base para compreender a necessidade e a obrigatoriedade do ensino da história e das culturas afro-brasileiras e indígenas nos currículos em todo o território brasileiro, nesse mesmo tópico falaremos sobre a escola como espaço de luta para o enfrentamento do racismo, e, também, sobre o rap como uma ferramenta de resistência ao racismo estrutural e como Emicida se destacou no mundo da música. No segundo tópico minha experiência no programa Residência Pedagógica e como foi minha atuação em sala de aula, utilizando o rap como material didático. Esse artigo conta ainda com considerações finais e referências.

2 A LEI 11.645/08 E O RAP COMO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

*Tudo que bate é tambor
Todo tambor vem de lá
Se o coração é o senhor, tudo é África
Pois em prática, essa tática, matemática falou*

*Enquanto a terra não for livre, eu também não
sou
Enquanto ancestral de quem tá por vir, eu vou
Jantar com as menina enquanto germina o amor
É empírico, meio onírico, meio pírico, meu
espírito
Quer que eu tire de tu a dor
(EMICIDA, PRINCIPIA, 2019)*

Quando Emicida foi a África pela primeira vez, seu amigo o levou para um museu, e eles chamam esse museu de “museu da escravidão”. Lá tem uma pia que, junto a ela uma tem uma escrita na parede dizendo que naquela pia os negros foram batizados. Através de uma

imagem distorcida do cristianismo essas pessoas foram levadas a acreditar que não tinham almas, e com isso Emicida fala em seu show no teatro municipal de São Paulo que toda vez que ele pegar uma caneta e um microfone na mão ele está devolvendo a alma de cada pessoa que foi escravizada em nosso país.

Quando Emicida fala “Tudo é tambor, tudo vem de lá”, ele nos lembra que “tudo é África”, para referenciar que a cultura nacional foi formada pelos escravizados e seus descendentes, e, até hoje, existe, sim, resistência, a sua música é um exemplo de resistência. Quando ele fala “enquanto a terra não for livre, eu também não sou” (*sic*), Emicida coloca a questão de ancestralidade, no entanto, visto de uma diferente perspectiva, quando falamos de ancestralidade, visamos ao passado, mas, aqui, ele coloca o ancestral projetando o futuro de seus descendentes.

Nilma Lino Gomes (2019) afirma que “a empatia colonial educativa e civilizatória esteve impregnada da ideia de raça”. Diante disso, é fundamental reconhecer o papel do movimento negro na desconstrução e no ressignificado das relações étnico-raciais no Brasil. Esse movimento tem sido especialmente relevante na educação, destacando-se pela luta pela implementação do sistema de cotas nas universidades e pela aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas escolas. E são essas questões que serão abordadas a seguir.

2.1 A LEI 10.639/03 E 11.645/08 COMO PROPULSORAS DE MUDANÇAS NO ENSINO ESCOLAR

A concepção de ensino de história passou por transformações ao longo do tempo, impulsionadas por alterações na legislação. Um exemplo significativo está na LDB, especificamente no artigo 26 e no parágrafo 4º da Lei 9.394/1996, que destaca a relevância das contribuições culturais e étnicas para a formação da identidade do povo brasileiro, com ênfase nas matrizes indígenas, africanas e europeias (Brasil, 1996).

Essa legislação marcou o início da garantia do ensino da história da população afro-brasileira nas escolas. Posteriormente, foi sancionada a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que modificou a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo o dia 20 de novembro no calendário escolar como o "Dia Nacional da Consciência Negra". Além disso, tornou obrigatório o ensino de conteúdos relacionados à história da África e dos africanos, à luta dos negros no Brasil, à cultura afro-brasileira e ao papel do povo negro na formação da sociedade nacional. Esse resgate histórico abrange as contribuições sociais, econômicas e políticas dos negros na história do Brasil, tanto em escolas públicas quanto particulares (Brasil, 2003).

A legislação vigente atualmente é a Lei 11.645, de 10 de março de 2008, que alterou a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, já modificada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Essa norma estabelece diretrizes para a educação nacional, tornando obrigatória a inclusão no currículo escolar da temática "história e cultura afro-brasileira e indígena". Com essa ampliação, além do ensino sobre a cultura afro-brasileira, passou a ser exigido também o ensino sobre a história e a cultura dos povos indígenas (Brasil, 2008). Nilma Lino Gomes (2019) comenta que: “É preciso uma mudança radical no campo do conhecimento, mais do que somente na teoria educacional e na escola. Será preciso construir uma pedagogia das ausências e das emergências que nos ajude a produzir as epistemologias do sul”.

As legislações e as narrativas dos sujeitos, no contexto educacional, têm se mostrado ferramentas essenciais para a análise das experiências no ensino de História. Através dessas fontes, é possível investigar as práticas planejadas pelos órgãos oficiais para o campo da educação em diferentes períodos e contextos. A construção de currículos, a formação inicial e continuada dos professores, assim como os materiais produzidos por entidades governamentais para o ambiente escolar, são todos discursos elaborados por sujeitos que fazem parte da sociedade. Quando Emicida nos diz em *Principia* “só prova a urgência de livros perante o estrago que um sábio faz”, explicita a necessidade da produção do conhecimento. Portanto, no que diz respeito aos sujeitos históricos, que formam a diversidade brasileira, os documentos (BNCC e currículos do território catarinense) abordam os processos de invisibilidade vividos ao longo da história do Brasil, especialmente em relação aos grupos étnicos, com destaque para os afro-brasileiros e indígenas. A ênfase recai sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais, uma política curricular estabelecida pela Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008. Assim, ressaltando a importância dos documentos e das leis para a desconstrução de um currículo branco e dos modelos eurocêntricos.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), essa temática é apresentada como uma valorização das culturas e dos povos indígenas e afro-brasileiros. A abordagem vai além da questão da escravidão, destacando a importância de considerar a história e os conhecimentos produzidos por essas populações ao longo do tempo. A BNCC também enfatiza a inclusão de diferentes sujeitos históricos, ampliando a análise de processos históricos de maior complexidade. E o movimento dessas populações e sujeitos com distintas estruturas sociais, políticas e culturais, trouxe diferentes níveis de elaboração ao serem trazidos à tona suas rupturas e permanências.

A valorização da história da África e das culturas afro-brasileira e indígena (Lei nº 10.639/200349 e Lei nº 11.645/200850) ganha realce não apenas em razão do tema da escravidão, mas, especialmente, por se levar em conta a história e os saberes produzidos por essas populações ao longo de sua duração (Brasil, 2018).

No currículo do território catarinense (Santa Catarina, 2019) há um tópico sobre a educação para as relações étnico-raciais. Colocando a população branca como privilegiada e o papel da escola para divulgar datas importantes e tendo como desafio pôr em prática projetos pedagógicos interdisciplinares. Deverá articular-se com os componentes curriculares, utilizando metodologias que respeitem, reconheçam, deem protagonismo e valorizem as relações étnico-raciais afrodescendentes e indígenas no ambiente escolar. Destaca-se a importância de desenvolver materiais didático-pedagógicos que reflitam a diversidade étnico-racial em nosso estado e que promovam a aplicação das leis mencionadas. Esses conteúdos devem ser incorporados de forma interdisciplinar, abrangendo diferentes componentes curriculares, e não se limitando apenas à disciplina de História. “As relações étnicas são ações que consideram os seres humanos diversos em suas experiências de vida históricas e culturais, únicos em suas personalidades e, também, diversos em suas formas de perceber o mundo” (Santa Catarina, 2019).

Compreendendo a importância de descolonizar um curriculum embranquecido, pode-se dizer que a implementação das leis, e tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena em diferentes áreas do conhecimento na escola, já é, de certa forma, um pequeno passo para a valorização dessas culturas, não só valorização, mas o não apagamento dessa história.

2.2 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE LUTA E ENFRENTAMENTO AO RACISMO

O ambiente escolar possibilita o encontro com saberes e vivências que constituem sujeitos à medida que vão tecendo suas próprias narrativas, desde que não sejam silenciados. E, nesse sentido, há barreiras que necessitam ser rompidas, escrachadas e então problematizadas. Por isso, esbarramos em um dos maiores entraves deste desejo: o racismo.

Almeida (2019, p. 25) coloca que o racismo “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender do grupo racial ao qual pertençam”. E, afora o imaginário fantasioso, o racismo, por sua vez, não é um pequeno monstro que vive escondido em uma pequena caixa de “coisas pelas quais

devemos fugir”. Pelo contrário, é um marcador tão profundo e sangrento que se estabelece dentro das salas de aulas. Quando Emicida diz em *Principia* “é um luxo ter calma e a vida escalda tento ler almas para além da pressão”, pode-se compreender que para o povo preto é um luxo “viver” com calma pois essas pessoas vivem em uma pressão.

Isto porque é um mecanismo que a medida que estrutura e mantém a desigualdade racial também se aninha na escola. Assim, é fundamental que esse espaço crie e pautе, como um compromisso, desde a sala de aula, pedagogias antirracistas, levando consigo a lembrança profunda e poética de Emicida, quando tão sensível nos lembra de que quando a terra não for livre, também não seremos.

Dentro desta perspectiva, somos entrecruzados pela recapitulação do passado. Pensando em um contexto da criação inventiva do Novo Mundo, as disputas pela terra são um marcador fundamental para o início da perpetuação sádica dessa estrutura racista. Como nos lembra Cida Bento “[...] os europeus, brancos, foram criando uma identidade comum que usou os africanos, negros, como principal contraste” (Bento, 2022, p. 29). E, sendo assim, os tentáculos do racismo impedem que nossas terras, nossos corpos, nossos jovens sejam livres, tornando-nos eternos progressores nessa luta exaustiva e contínua, que entre as dobras do tempo, ainda permanece fincado dentro de nossa sociedade.

Vale ressaltar que a colonização europeia nas Américas deu início a um sistema capitalista global, no qual raça, terra e divisão do trabalho foram interligadas. Essa dinâmica consolidou uma relação de dominação que estabeleceu o racismo como uma estrutura fundamental desse sistema (Bento, 2022). Falar sobre as heranças escravocratas e o racismo estrutural em nosso país pode atravessar muitas camadas, isso porque a questão racial no Brasil é um dos elementos que sustenta a organização econômica e política da sociedade brasileira, naturalizando as desigualdades raciais que se perpetuam como violências que, atravessando o tecido social, também se fazem presentes na escola.

E, como bem pontuou Almeida (2019, p. 37), “em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo”.

É pela noção de raça que o projeto colonial vai sendo costurado quando cria o outro como selvagem, exótico e incivilizado, tendo como padrão um eu europeu, branco e civilizador que, em relação, justifica as assimetrias raciais de poder que vão ganhando contornos individuais, institucionais e estruturais (Almeida, 2019). Assim:

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ético e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas. (Almeida, 2019, p. 34).

Munida com tais questões, abre-se a perspectiva dos docentes em sala de aula. Qual o dever político e militante dos professores? Como podemos, e acima de tudo, devemos tratar essa discussão? Considerando que há uma passividade silenciosa, também conhecida como “pacto da branquitude”, discutida por Cida Bento Gomes, é também necessário olhar para outro viés. Isso porque, como pontua Nilma Lino Gomes, “não podemos generalizar e dizer que todos(as) os(as) educadores(as) sofrem de apatia e passividade” (Gomes, 2005, p.147). Visto que, as questões raciais vêm sendo uma constante crescente no meio das discussões pedagógicas. Sobretudo a partir da obrigatoriedade da inclusão da história e da cultura afro-brasileira (Lei 10.639/3 e Lei 11.645/08), o que requer da escola, e das educadoras, uma postura combativa e transformadora. Então, como podemos nos juntar nesta luta para além da denúncia? Como fazer do espaço da aula um lugar que acolha práticas antirracistas? Como pensar com os alunos as formas de resistência do povo negro no Brasil? O rap pode ser um caminho...

2.3 QUANDO O RAP É UMA FERRAMENTA

Em 1997, o conjunto de rap, Racionais, através do timbre da voz de Mano Brown, racionalizou uma questão: “o rap é uma rajada e a profecia se fez como previsto. A fúria negra ressuscita outra vez”. A potência ancestral se alinha por de trás das linhas rimadas. E então se entrecruza com as demais formas de resistência, porque a arte é uma potência que cria mundos outros e dignifica corpos marginalizados como sujeitos. E, além disso, a arte possibilita a liberdade de existir como sujeitos – e mais do que denuncia: o enfrentamento de um mundo que se constitui como ferida colonial. E, como nos diz Susan Aparecida de Oliveira (2018, p. 104): “o rap como um modo de narrar a partir de fragmentos e resíduos diversos de textos, memórias e imagens revela[...] um caráter epistêmico desde que a própria base do conhecimento da história negra também se produz através de resíduos, fragmentos e rastros”.

Compreendo a arte (nesse caso a música) como uma forma de expressão e também como uma narrativa de resistência, podemos dizer, portanto, que os rappers conseguem cumprir uma função que tradicionalmente era ocupada aos *griots* em África. Para os povos africanos, a oralidade, não somente tem a função de transmitir lendas ou mitos, mas também de perpetuar

as religiões, a ciência, a história e a arte, sendo assim toda a forma de conhecimento produzido em África (Lombas, 2023, p. 244).

As sociedades africanas sempre tiveram o verbalismo como fio condutor nas transmissões de suas tradições ancestrais às seguintes gerações. Os africanos, desde a antiguidade, até os dias de hoje, têm utilizado a oralidade como meio essencial para a preservação e transmissão de suas tradições e identidades culturais. No continente africano, a palavra exerce um papel crucial na educação e na vida social de seu povo. Dessa forma, a oralidade se torna um espaço de memória e resistência, onde a tradição se revela essencial para a preservação e continuidade da cultura, atuando, também, como um elemento descolonizador e emancipatório. Esses povos acreditam que a palavra tem poder e aprisiona ao mesmo tempo que liberta, por isso ela é importante no continente, essa tradição traz de volta o passado e também o atualiza (Lombas, 2023, p.245).

Os *griots*, por meio da oralidade, são os transmissores e também os guardiões da memória coletiva. No entanto, a atuação dos griot vem sendo ressignificada, principalmente na contemporaneidade. A música rap e a figura do MC podem ser entendidas como *griots* da contemporaneidade, principalmente quando o MC se coloca no papel de contador de história de seu povo ou de sua comunidade, assim como faz o rapper Emicida em suas músicas. Por isso, os griots passaram a se ocupar das lutas presentes, tanto dos africanos, como daqueles que, mesmo não nascendo no continente, tem sua origem vinda de lá.

O rap é um estilo musical que deriva do hip-hop, que é um conjunto de várias manifestações artísticas. O movimento cultural hip-hop surge nos Estados Unidos da América, em periferias, onde grupos minoritários residem, eles buscavam se manter vivos em um cenário de violência e abandono pelo Estado. Os quatro elementos que compõem o hip-hop são: o/a MC, que são os mestres de cerimônia, que cantam e fazem rimas. O/a DJ, que faz os beats ou as batidas, com o toca-discos para o MC rimar. O *B-boy* ou a *B-girl* que são dançarinos de *Breakdance*. E, por fim, o grafite, que é um estilo visual feito de pinturas em espaços urbanos.

O movimento hip-hop chegou ao Brasil na década de 1980, inicialmente concentrado na região central de São Paulo. Porém, foi apenas na década de 1990 que o rap ganhou projeção nacional, impulsionado pelo sucesso do grupo Racionais MC's. A partir desse momento, o rap tornou-se uma voz poderosa para a juventude negra e periférica, abordando temas do cotidiano, como exclusão social, drogas, discriminação racial e criminalidade.

Susan de Oliveira (2018) vai dizer que, no Brasil, o rap revela que a redemocratização não trouxe mudanças significativas nos processos históricos de exclusão, que se perpetuaram, tanto durante a ditadura, quanto no período pós-ditatorial. Esse contexto foi

intensificado pelo neoliberalismo, que beneficiou ainda mais a classe média branca e as elites corporativas, financeiras e privatistas. Diante das condições culturais, econômicas e sociais adversas, o rap emerge como uma forma de resistência dos oprimidos contra a segregação, o racismo e a violência sistemática.

O rap se diferencia ao reinventar o cotidiano, dando voz à oralidade de pessoas comuns. Por meio de suas letras, expõe e denuncia os graves problemas vivenciados em contextos sociais desfavoráveis, muitas vezes negligenciados por aqueles que estão no poder. Os *rappers*, ao narrar suas próprias experiências e perspectivas, tornam-se cronistas instigantes e críticos da modernidade, nas cidades contemporâneas. Arnaldo Daraya Contier (2005) ressalta que os rappers não são heróis, no sentido romântico, mas sua coragem de abordar questões da realidade, muitas vezes silenciadas na história, traz uma nova forma de inserção social. Através de suas canções ritmadas e repetitivas, os marginalizados começam a narrar suas próprias histórias, desafiando os pensamentos políticos e ideológicos tradicionais, o que provoca um certo "desconforto" entre as elites políticas e intelectuais.

Leandro Roque de Oliveira, conhecido como Emicida, nasceu em 17 de agosto de 1985, no bairro Jardim Fontalis, em São Paulo. Filho de Jacira Roque de Oliveira e Miguel de Oliveira, tem duas irmãs e um irmão, com quem trabalha. Após perder o pai aos seis anos, viu sua mãe assumir uma intensa jornada de trabalho para sustentar a família. Aos sete anos, sentiu a necessidade de ajudar e começou a carregar compras em um mercado. Desde cedo, enfrentou os desafios da realidade de uma família negra vivendo na periferia brasileira. Seu pai era músico e DJ e, juntamente com sua mãe, organizavam bailes nas ruas, assim, Emicida tem seu primeiro contato com a música.

Uma de suas paixões eram as histórias em quadrinho, chegou a se formar em design pela Escola Arte São Paulo, escreveu roteiros e desenhou HQs. E, com isso, uma porta separa a composição de poesias e rap. Quando Leandro alcança triunfo nas batalhas de MC's, ele passa a ser conhecido de fato como Emicida. No início esse nome era apenas uma brincadeira com a palavra "homicida", no entanto, posteriormente, o nome Emicida virou uma sigla para: "Enquanto Minha Imaginação Compor Insanidades Domino a Arte", e isso, segundo Emicida, sintetiza seus ideais durante sua estrada.

Mesmo fazendo muito sucesso e ganhando vários campeonatos de batalha, Emicida ainda não tinha a música como seu "ganha pão", por isso trabalhou como pedreiro, pintor, artesão, técnico de som, vendeu cachorro-quente e trabalhou na feira. Hoje Emicida soma três álbuns lançados, "O glorioso retorno de quem nunca esteve aqui" (2013), "Sobre crianças, quadris, pesadelos e lições de casa" (2015) e "AmarElo" (2019), cujo a primeira faixa desse

álbum (Principia) está presente no título desse trabalho. Principia é, sobretudo, uma música que fala sobre fé em diversas crenças, fala sobre celebrar o amor à partilha, ao mesmo tempo que fala de ancestralidade, ela corresponde a um olhar que desconstrói a educação mercadológica e repensa o modo de se fazer educador. Além disso, essa música expressa dilemas sociais e políticos da contemporaneidade atravessados por questões raciais, que podem ser abordadas na escola.

3 UMA PRÁTICA ANTIRRACISTA NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Cale o cansaço, refaça o laço

Ofereça um abraço quente

A música é só uma semente

O sorriso ainda é a única língua que todos entende

(AMARELO, EMICIDA, 2019).

Comprometer-se com uma educação antirracista é a possibilidade de fazer na escola, sobretudo pelo ensino de história, uma trajetória outra, na qual se coloque como enfrentamento ao racismo. A educação tem sido um espaço estratégico para que o enfrentamento do racismo ocorra, sobretudo a partir da Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08. Por isso, é fundamental termos, durante a graduação, um espaço formativo a partir do qual vamos nos construindo como docentes que podem se engajar com uma educação transformadora e significativa que rompa com um olhar embranquecido e com um currículo eurocentrado.

E, como Emicida pontua, é preciso calar o cansaço de muitas lutas inglórias no campo da educação e se colocar pela docência contra todas as formas de opressões e silenciamentos no que tange as insurgências, empoderamentos e resistência negra no Brasil. E, como já disse Mano Brown, em 1993 “[...] fundidamente voltando, Racionais, usando e abusando da nossa liberdade de expressão um dos poucos direitos que o jovem negro ainda tem nesse país” o rap, que é uma música em forma de verso tem sido, para além de um espaço de denúncia, um espaço de afirmação da presença negra, resistência como “um raio-X do Brasil”. E, como já falei anteriormente, minha passagem pelo curso de história, me propicia o encontro com o Residência Pedagógica e com o rap. Assim, neste tópico, trago o relato da minha experiência na escola, no Residência Pedagógica a partir de uma prática antirracista que tem, no rap de Emicida, o seu aporte.

O Residência Pedagógica é uma iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que busca apoiar projetos institucionais desenvolvidos por Instituições de Ensino Superior. O objetivo principal do programa é fortalecer a formação inicial de professores para a educação básica, atendendo aos cursos de licenciatura. Em setembro de 2022 a professora do curso de história, Michelle Maria Stakonski Cechinel, me comunicou que havia aberto as inscrições para o programa Residência Pedagógica, foi nesse momento que eu e mais alguns colegas nos inscrevemos para participar, e algumas semanas depois, veio nossa aprovação no sistema. Tivemos alguns poucos encontros, ainda no ano de 2022, para alinharmos como seria nosso ano de 2023. No início no ano letivo de 2023, tivemos nossa primeira reunião, com todos presentes, no entanto, a professora Michelle foi substituída pela professora Lucy Cristina Ostetto, com isso, ficou como coordenadora do Residência Pedagógica e a professora Lucy de História e a professora Silemar Maria de Medeiros da Silva de Artes Visuais.

Em nossa primeira reunião, conversamos sobre horários e disponibilidades de cada professor preceptor, e também dos residentes. Eram dois professores preceptores de História (Adriana Coan e Júlio César da Rosa) e também uma professora preceptora de Artes Visuais (Juliana Pereira Guimarães). Por conta da logística e dos horários, escolhi ficar na escola do professor Júlio César da Rosa. Por isso, durante todo o ano de 2023, toda terça-feira pela manhã, fazia-me presente na Escola Municipal de Educação Básica Professora Lili Coelho e, junto a mim, toda terça-feira, iam também duas acadêmicas do curso de Artes Visuais, que também faziam parte do programa Residência Pedagógica.

Toda terça-feira, às 17h, todos os residentes, professores preceptores e coordenadoras se reuniam na Unesc para a reunião semanal do Residência Pedagógica. Nesses encontros semanais discutíamos sobre diversos temas relacionados à escola, como por exemplo, o PPP de cada escola, como era a coordenação, e também sobre planejamento e o ato de planejar.

Imagem 1 – Professoras, residentes e professores preceptores



Fonte: Do autor, 2024.

3.2 A ESCOLA

A Escola Municipal de Educação Básica Professora Lili Coelho fica localizada no município de Criciúma, em Santa Catarina, no bairro Santa Luzia, que pertence ao distrito de Rio Maina. Sendo assim, essa escola se encontra em um bairro mais periférico da cidade, atendendo crianças e adolescentes de diferentes classes sociais.

Os encontros na escola eram destinados a acompanhar o professor de história Júlio César Da Rosa, que era nosso professor preceptor, ou seja, ele, juntamente com a direção da escola, nos acolheu e nos auxiliou durante todo o programa. Algumas manhãs de terça também eram destinadas à leitura e desenvolvimento de trabalhos ou projetos exigidos pela CAPES ou pelas professoras e coordenadoras no programa na Unesc. Em uma dessas manhãs, acabamos analisando o projeto político pedagógico (PPP) da escola, para entendermos melhor a dinâmica deles. No PPP tem vários detalhes sobre a fundação da escola, como ela funcionava antes e como funciona agora, quantos funcionários possuem, quantos espaços a escola tem, e assim por diante.

No segundo semestre, a escola começou a passar por uma reforma, trocaram o telhado e fizeram alguns reparos. Tinha dias que não tinha energia nas salas de aula e, em uma terça-feira, quando cheguei na escola, em uma das turmas que acompanhamos nas primeiras aulas, estavam tendo aula na rua, em frente aos banheiros, em uma situação tão deplorável que meus olhos encheram de lágrimas. E, naquele momento, vendo o professor Júlio dando sua aula, mesmo em um lugar totalmente insalubre, fez-me ter certeza de que estava na carreira certa. bell hooks diz: “A pedagogia engajada afirma que cada aula é diferente, que as estratégias têm de ser constantemente modificadas, inventadas e reconceitualizadas para dar conta de cada nova experiência de ensino” (hooks, 1994, p. 21).

Imagem 2 – Alunos tendo aula na rua



Fonte: Do autor, 2024.

E, daquele dia em diante, as aulas não foram mais as mesmas. Percebendo o esforço, não só do Júlio, mas das outras professoras, fez-me refletir muito sobre a educação em nosso país, e como as aulas são construídas. E, com isso, voltamos a estrofe da música no início deste tópico, quando Emicida fala, na canção Amarelo, “cale o cansaço, refaça o laço, ofereça um abraço quente, a música é só uma semente, um sorriso é a única língua que todos entendem” (Emicida, 2019). Pode-se dizer que, apesar das infinitas diferenças entre os humanos, em qualquer lugar se encontra um sorriso, mesmo tendo aula na rua. E, pela alegria, compaixão e fraternidade dos professores, que surgem condições para se recriarem relações entre as pessoas, nesse caso os alunos.

3.3 O DIÁLOGO COM O PRECEPTOR

Desde o primeiro encontro do Residência Pedagógica, em 2023, eu já sabia que meu professor preceptor seria o professor Júlio César da Rosa, muito por conta dos horários e da logística, já que a escola fica em Criciúma, e eu moro em Nova Veneza. Com isso, no dia 7 de março, eu iniciei na escola, junto com o professor Júlio. Eu estava muito nervosa, mas ele

me deixou bastante à vontade, e daí em diante, todas as terças, eu estava na escola acompanhando o professor, e quando ele permitia, fazia contribuições em suas aulas.

Logo na minha terceira semana acompanhando o professor Júlio, tivemos uma intercorrência. Uma garota, do 8º ano, estava desenhando suásticas nazistas e defendendo o nazismo na escola. Então, o professor preceptor, com toda calma, levou a turma para a sala *maker* e mudou toda sua aula naquele dia. Ele teve uma conversa muito didática com a turma, e a garota em questão nem tinha noção das coisas que ela havia desenhado e falado. Nesse dia, o professor pediu minha contribuição para falar sobre o tema, e falei que nos dias de hoje as pessoas têm “dificuldades” em distinguir o que é opinião e quando essa opinião ultrapassa os limites e se torna crime. Citei o holocausto e mencionei que defender algo como o nazismo não é uma opinião, e, sim, algo criminoso, que pode levar a prisão. A partir desse dia, consegui estabelecer uma ótima relação com os alunos.

Durante esse ano, na escola, houve alguns casos de racismo entre os alunos, um desses casos foi quando um aluno, do 9º ano, chamou uma colega de turma de macaca, e nesse incidente a professora que presenciou, chamou o professor Júlio para resolver essa situação. Ele, sendo um professor que luta por uma educação antirracista, auxiliou a vítima e incentivou ela e os pais dela a denunciarem o crime, no entanto percebi que os outros professores da escola não estavam preparados para esse tipo de situação.

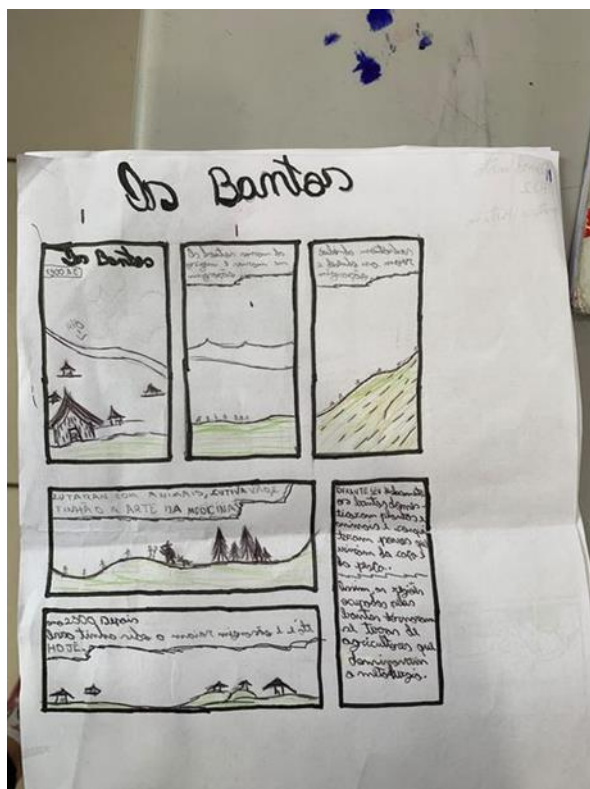
Muito por conta desses incidentes que nosso grupo resolveu trabalhar com os alunos as relações étnico raciais. Meu grupo, em específico, ficou com as formas de resistência da população negra.

3.4 O PLANEJAMENTO

Teve um momento do Residência Pedagógica que tivemos que elaborar um planejamento para executarmos uma regência colaborativa, ou seja, o professor Júlio passou um tema que ele estava trabalhando e nós íamos propor uma intervenção, seja ela uma contribuição em sala de aula ou até mesmo a proposta de um trabalho. Nos encontros do Residência Pedagógica, as coordenadoras propuseram uma discussão baseada no texto “Por que planejar? Como planejar? Currículo, área, aula”. Menegolla (2011) destaca que o planejamento tem como ponto de partida as demandas e prioridades identificadas por meio de uma análise da realidade. Essa realidade, no contexto educacional, pode estar relacionada tanto aos alunos quanto ao ambiente escolar.

Minha colega de Artes Visuais e eu, propomos uma atividade avaliativa, onde cada aluno ia produzir uma história em quadrinhos sobre os temas que eles estavam estudando. Foi magnífico, pois eles apoiaram a ideia e se dedicaram muito para desenvolver a história em quadrinhos.

Imagem 4 - Trabalho realizado por aluno



Fonte: Do autor, 2024.

No segundo semestre, cada grupo teve que desenvolver um projeto coletivo que, posteriormente, seria parte da nossa atuação e do nosso planejamento individual. E pensando nesses acontecimentos, nosso grupo resolveu fazer o projeto sobre educação antirracista, contemplado, assim, a Lei 11.645/08, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Nosso grupo decidiu focar nas formas de resistência negra no Brasil, e como isso se perpetua até os dias atuais por conta do racismo estrutural, e também sobre como as pessoas negras formaram a cultura nacional brasileira.

3.5 PRÁTICA ANTIRRACISTA

A atuação dessas aulas foi de forma individual, cada residente tinha uma aula ou duas para desenvolver em cima do projeto das formas de resistência negra no Brasil, seu plano de aula. Pensando em aproximar mais os alunos a essa temática, decidi trazer o rap como uma das formas de resistência negra da atualidade, sendo a música algo que está no cotidiano dos alunos.

Como já estava no final do ano, e o calendário escolar estava apertado, tive que ir aplicar minha aula em uma quarta-feira. No dia da minha atuação estava chovendo muito, e a sala de aula estava cheia de goteiras. Como iria trabalhar com música, e sabia que a internet da escola era instável, baixei todas as músicas que iria trabalhar com os alunos em meu celular, e peguei a caixa de som da escola. Coloquei os alunos sentados em círculo e falei um pouco sobre algumas formas de resistência negra, porém, dando ênfase na música. Dei uma folha para cada com a letra da música Principa, do rapper Emicida, a qual fala de ancestralidade e de apoiar uns aos outros, por isso pedi para que eles apontassem partes da música que falasse das resistências para discutirmos em conjunto.

Passsei outras músicas para exemplificar, discutimos e falamos sobre racismo ao ponto do aluno mais tímido da sala se sentir confortável em relatar um caso de racismo que ele próprio havia sofrido. Ele disse que, na semana anterior, estava indo ao supermercado para sua mãe e policiais o abordaram, quando perceberam que era somente um garoto negro usando o capuz do moletom, eles o liberaram. Nesse momento o professor Júlio deu vários conselhos a ele, como não usar mais capuz na rua, mesmo que esteja frio, e para ele nunca reagir às abordagens policiais. Essa aula foi transformadora para mim, foi um misto de emoções quando ela acabou, sensação de dever cumprido e de superação, por ter conseguido finalizar essa etapa, mesmo passando por vários problemas e intercorrências.

4 CONCLUSÃO

O presente artigo destaca a importância das leis 10.639/03 e 11.645/08 como marcos fundamentais na luta contra o apagamento das culturas afro-brasileira e indígena no Brasil, propondo uma reconfiguração do currículo escolar, em direção a uma educação mais inclusiva e antirracista. Ao trazer à tona a contribuição dos negros e indígenas na formação da sociedade brasileira, essas leis ajudaram a combater a visão histórica eurocêntrica e branca que, por muito tempo, foi hegemônica nas escolas. A reflexão sobre a história e a cultura desses povos, promovida por essas legislações, não apenas resgata saberes e práticas importantes, mas também fortalece a identidade dos alunos e a valorização da diversidade étnico-racial. O rap,

como exemplificado na análise das letras de Emicida, surge como uma expressão potente dessa resistência cultural, lembrando que a África e seus descendentes fazem parte da formação do Brasil.

A implementação efetiva dessas leis nas escolas representa um passo crucial, mas ainda enfrenta desafios, como a necessidade de descolonizar o currículo e garantir que a valorização e o protagonismo de negros e indígenas se materializem de maneira transversal em todos os componentes curriculares. Assim, a educação antirracista se configura não só como uma questão de justiça histórica, mas também como uma prática pedagógica essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária.

A pesquisa abordou a escola como um espaço crucial na luta contra o racismo, destacando a importância de práticas pedagógicas antirracistas para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. A presença do racismo nas instituições de ensino é apresentada como um desafio profundo, que se manifesta de maneiras explícitas e sutis, e que exige uma postura ativa dos educadores no enfrentamento dessa realidade. A escola, enquanto espaço de construção e transmissão de saberes, tem o poder de promover mudanças significativas ao incorporar as leis que valorizam a história e a cultura afro-brasileira e indígena (Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08), tornando-se um terreno fértil para a desconstrução de estigmas e para a resistência contra a discriminação racial.

Além disso, a pesquisa traz à tona a potência do rap como ferramenta de resistência cultural, comparando os rappers aos griots africanos, transmissores de memória e cultura. A música, especialmente o rap, torna-se uma poderosa forma de expressão que narra as lutas e as vivências dos negros, evidenciando as desigualdades sociais e raciais, ao mesmo tempo em que oferece um meio de ressignificação da história e da identidade. Ao citar o rapper Emicida e suas composições, como a música "Principia", o texto sublinha a importância da arte como uma forma de resistência e afirmação cultural, sendo um meio vital para fortalecer a identidade negra e combater o racismo estrutural.

Dessa forma, a educação antirracista e a arte, especialmente o rap, conectam-se na construção de uma consciência crítica e na promoção da valorização da identidade negra. Para que a escola cumpra seu papel transformador, é essencial que educadores, alunos e a sociedade em geral se engajem ativamente no enfrentamento do racismo, não apenas por meio de denúncias, mas com ações concretas de educação e reflexão, para que os espaços educacionais se tornem verdadeiros agentes de mudança social. A resistência, portanto, não é apenas um movimento de contestação, mas uma contínua prática de afirmação cultural e política contra a opressão racial.

Então, compreendemos o que é o racismo estrutural e como ele atinge a sociedade, e a criação da Lei 11.645/08 como uma resistência ao currículo branco eurocêntrico. E programas como o Residência Pedagógica potencializam essas discussões e acabam rompendo essas estruturas enraizadas pelo racismo estrutural. E, por fim, a estrofe de Principia, que trago no início, resume um pouco essa pesquisa, o olhar sensível ao aluno ou o abraço quente, quando Emicida fala que a música é só uma semente, podemos entender que, nesse contexto, existem muito mais formas de resistência, e que sempre haverá luta enquanto houver racismo. E essa pesquisa demonstrou o compromisso com uma educação antirracista e a importância do Residência como um espaço de formação docente.

5 AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a minha mãe, Elisabete, que esteve comigo em todos os momentos, me apoiando ou puxando minha orelha. Minha avozinha, que é a pessoa mais doce desse universo e que me apoia em tudo. A minha irmã, que mesmo de longe sempre se fez presente. Ao meu psicólogo, João Carlos, que me salvou de muitos surtos e crises, além de ter salvado minha vida. A minha orientadora e amiga, Lucy, que esteve comigo nesses 6 anos de curso, me incentivando, me apoiando e deixando tudo mais leve. A minha melhor amiga, Isabella, que esteve comigo desde o início de todo o processo, me dando apoio e me estimulando intelectualmente. A minha amiga, Tati, que sempre, com suas doces palavras, me confortou em diversos momentos. Agradeço, também, a todos os colegas e professores que fizeram parte dessa jornada de alguma forma, sendo elas feitas em mesa de bar ou em conversas de corredor. E, por fim, deixo meu singelo agradecimento aos homens da minha vida, que sei que estão comigo a cada passo que eu dou, meu pai, Gilmar (em memória) e meu primo Leoni (em memória), sei que de onde vocês estiverem, estão me aplaudindo de pé.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio de. **Racismo estrutural**. 4ª. reimpr. São Paulo: 2019.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 3 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.

CONTIER, Arnaldo Daraya. O rap brasileiro e os Racionais MC's. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 1., 2005, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: FEUSP, 2005. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=msc000000082005000100010&script=sci_arttext. Acesso em: 20 out. 2024.

OLIVEIRA, Susan de. Palavras Nômades Armadas: Poética Política no Rap. *In*: BARBOSA, Adriana de Fátima; SILVA, Susana Souto (orgs.). **Literatura, Estética e Revolução**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2018. p.103-113.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. *In*: MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: MEC, 2005, p. 143-154.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1994.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

LOMBAS, Miguel. Rappers: os guardiões da memória africana. **Cadernos CESPUC de Pesquisa**: Série Ensaios, Belo Horizonte, n. 43, p. 242-260, 2023.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar?** Como planejar?: currículo, área, aula. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2011.



SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Currículo Base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense**. Florianópolis: Secretaria de Educação, 2019. Disponível em: <https://uaw.com.br/pagflip/pdf.php?pag=portifolio&cod=35>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SILVA, Petronilha Beatriz. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 63, p. 489-506, 2007.